RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

GOVERNANÇA AMBIENTAL E JUVENTUDE: MOBILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO DAS ÁGUAS PELOS MEMBROS DO PROJETO NEA-BC

ENVIRONMENTAL GOVERNANCE AND YOUTH: MOBILIZATION AND SOCIAL CONTROL IN WATER MANAGEMENT BY MEMBERS OF THE NEA-BC PROJECT

GOBERNANZA AMBIENTAL Y JUVENTUD: MOVILIZACIÓN Y CONTROL SOCIAL EN LA GESTIÓN DEL AGUA, POR MIEMBROS DEL PROYECTO NEA-BC

Mariana Araujo Pedro
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas ,UFF, Brasil
E-mail: mariana.araperj@gmail.com

Daniel Luiz Arrebola
Doutor em Ciências Sociais, UFES, Brasil
E-mail: daniellarrebola@gmail.com

Mauro Costa Rodrigues
Doutor em Estudos do Lazer, UFMG, Brasil
E-mail: maurojuventude@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a participação juvenil na gestão ambiental por meio do Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos, destacando sua atuação nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e um estudo de caso para examinar a organização micropolítica dos jovens envolvidos, explorando a estrutura do projeto, seu desenvolvimento ao longo das quatro fases e as principais bandeiras de luta levantadas pelos participantes, como saneamento básico, mobilidade urbana e gestão dos recursos hídricos. O estudo também discute o histórico da legislação ambiental no Brasil e a importância da educação ambiental na formação de cidadãos críticos e engajados. A análise evidencia que a mobilização juvenil no projeto fortalece o controle social e a governança ambiental, promovendo uma gestão mais democrática dos recursos hídricos. Além disso, demonstra como os jovens vêm ocupando espaços de decisão, participando ativamente de conselhos municipais e regionais e articulando ações concretas para a fiscalização e formulação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. O artigo conclui que a experiência do projeto representa um modelo de engajamento que pode ser replicado em outras regiões, ampliando o protagonismo juvenil na gestão socioambiental.

Palavras-chave: Juventude; Governança Ambiental; Controle Social; Gestão das Águas.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

Abstract

This study aims to analyze youth participation in environmental management through the Environmental Education Center Project of the Campos Basin, highlighting its role in the Hydrographic Basin Committees (CBHs). The research uses a qualitative approach and a case study to examine the micropolitical organization of the young people involved, exploring the project's structure, its development throughout its four phases, and the main issues raised by the participants, such as basic sanitation, urban mobility, and water resource management. The study also discusses the history of environmental legislation in Brazil and the importance of environmental education in the formation of critical and engaged citizens. The analysis shows that youth mobilization in the project strengthens social control and environmental governance, promoting a more democratic management of water resources. Furthermore, it demonstrates how young people are occupying decision-making spaces, actively participating in municipal and regional councils, and articulating concrete actions for the oversight and formulation of public policies focused on sustainability. The article concludes that the project experience represents a model of engagement that can be replicated in other regions, expanding youth leadership in socio-environmental management.
Keywords: Youth; Environmental Governance; Social Control; Water Management.

Resumen

Este estudio analiza la participación juvenil en la gestión ambiental a través del Proyecto del Centro de Educación Ambiental de la Cuenca de Campos, destacando su papel en los Comités Hidrográficos de Cuenca (CHC). La investigación emplea un enfoque cualitativo y un estudio de caso para examinar la organización micropolítica de los jóvenes involucrados, explorando la estructura del proyecto, su desarrollo a lo largo de sus cuatro fases y los principales temas planteados por los participantes, como el saneamiento básico, la movilidad urbana y la gestión de los recursos hídricos. El estudio también aborda la historia de la legislación ambiental en Brasil y la importancia de la educación ambiental en la formación de ciudadanos críticos y comprometidos. El análisis muestra que la movilización juvenil en el proyecto fortalece el control social y la gobernanza ambiental, promoviendo una gestión más democrática de los recursos hídricos. Además, demuestra cómo los jóvenes ocupan espacios de toma de decisiones, participan activamente en consejos municipales y regionales, y articulan acciones concretas para la supervisión y formulación de políticas públicas enfocadas en la sostenibilidad. El artículo concluye que la experiencia del proyecto representa un modelo de participación que puede replicarse en otras regiones, ampliando el liderazgo juvenil en la gestión socioambiental.
Palabras clave: Juventud; Gobernanza ambiental; Control social; Gestión del agua.

1. Introdução

A juventude, além de enfrentar os inúmeros desafios envoltos ao próprio ser jovem, passa cotidianamente na dinâmica das cidades por dificuldades no acesso a políticas públicas específicas para si, bem como, todas as demais problemáticas que as cidades enfrentam nos mais diversos setores. Atualmente assistimos a

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

uma nova onda de problemas causados nas áreas urbanas em decorrência da avançada degradação ambiental existente no país e no mundo. Todos os dias perdemos novas áreas de florestas e vemos nossos recursos hídricos sendo poluídos pela ação de produtos advindos da exploração capitalista, seja ela através das indústrias, grandes projetos como as hidreléticas, uso excessivo pelo agronegócio ou na mineração ilegal. Por isso a importância da atuação juvenil na gestão do território e, principalmente nas questões relacionadas ao meio ambiente, é cada vez mais urgente.

Sendo assim, a estrutura deste trabalho propõe trazer um breve histórico das legislações relacionadas à educação ambiental no Brasil e a atuação das juventudes participantes do projeto NEA-BC, e, como estudo de caso, a sua participação e gestão micropolítica junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs. Importantes espaços de construção de normativas para a gestão dos recursos hídricos regionais.

Breve Histórico - Das legislações de proteção ao meio ambiente com vistas no licenciamento aos Projetos de Educação Ambiental

Iniciaremos este histórico a partir de 1973, quando por meio do Decreto n° 73.030 é criada, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Antes desse período as demandas ambientais eram tratadas pelo Ministério do Interior que reunia diversas funções como: desenvolvimento regional, radicação de populações, ocupação do território e migrações internas, territórios federais, saneamento básico, beneficiamento de áreas e obras de proteção contra secas e inundações, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios e programa nacional de habitação.

Em 1981 foi publicada a Política Nacional de Meio Ambiente com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente de modo que ele pudesse

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

propiciar a manutenção da vida, o desenvolvimento socioeconômico, a segurança nacional e a dignidade humana. Em 1989, através da lei nº 7.735 é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e é extinta a SEMA. O órgão surge com a finalidade de formular, coordenar, executar e fazer com que seja executada a Política Nacional do Meio Ambiente. Tendo ainda como atribuição ações voltadas à preservação, conservação, uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis (BRASIL, 1989).

Além disso, deste período, ressaltamos entre as legislações que tratam das questões de meio ambiente vigentes no Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente, publicada em 1981, a Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã e a Política Nacional de Educação Ambiental criada em 1999 sob a Lei nº 9.795, São elas que fortalecem a necessidade da participação da população na gestão do meio ambiente, sendo um direito de todos e responsabilidade do poder público defendê-lo e preservá-lo (BRASIL, 1988).

Com o objetivo de regulamentar a Política Nacional de Meio Ambiente, surge o Decreto 99.274 de 1990, indicando a estrutura do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Após surge a Lei n° 8.490, de 19 de novembro de 1992, que reorganiza a presidência, e cria o Ministério de Meio Ambiente, que assume a posição de órgão central da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil.

Neste contexto de proteção ao meio ambiente surgem diversas legislações para tratar das questões relacionadas ao uso e exploração de recursos naturais e como alternativa para a minimização dos impactos ambientais gerados por empreendimentos que se utilizam desses recursos, surge o licenciamento ambiental. A Resolução CONAMA 237, de 1997 conceitua a Licença Ambiental como um ato administrativo que determina condições, restrições e medidas a serem obedecidas pelo empreendedor como condição para realização de suas atividades. Prevendo assim a necessidade de estudos ambientais que devem ser compostos por planos e projetos de controle ambiental, relatórios ambientais

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

preliminares, diagnósticos ambientais, planos de manejo, planos de recuperação de áreas degradadas e análises preliminares de risco.

Quanto ao que é concebido como impacto ambiental o artigo 1º da Resolução n.º 001/86 do CONAMA, diz que trata-se de:

> (...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: A saúde, a segurança, e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas; A biota; as condições estéticas e sanitárias ambientais; A qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986).

Sendo assim, todas as atividades potencialmente poluidoras que utilizem recursos naturais e que possam gerar degradação ambiental estão sujeitas a algum tipo de licença ambiental.

Em contribuição à execução da Política Nacional de Meio Ambiente surge em 1999 a Lei nº 9.795 instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, tendo como objetivo proporcionar processos pelos quais o indivíduo e a coletividade construirão aptidões voltadas à conservação do meio ambiente. Em seu artigo 13 cita que o poder público deve incentivar a participação de empresas públicas e privadas na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal.

Em 2010, a partir da publicação da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 surgem novas diretrizes para elaboração, execução e divulgação dos Programas de Educação Ambiental (PEA) desenvolvidos no âmbito do licenciamento de empreendimentos de petróleo e gás. O documento aborda a temática da gestão ambiental compartilhada e a descreve como um processo que une os diversos atores envolvidos e interessados nas atividades de significativo impacto ambiental. Ele ainda apresenta o diagnóstico participativo como forma de reunir e analisar dados junto aos grupos sociais localizados nas áreas de influência da atividade, o que busca garantir que os principais impactados no processo do licenciamento ambiental sejam minimamente afetados.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

Neste contexto, apresenta também os tipos de medidas existentes como forma de mitigação e compensação dos impactos decorrentes da cadeia do petróleo. Onde a medida de mitigação é compreendida como as ações que buscam minimizar os efeitos dos impactos difusos negativos, ou seja, aqueles em que não é possível a relação direta com a causa, mas que por meio de fatores distintos entre si, sofrem interferência. E a medida de compensação como ações que têm relação com a identificação de impactos em atividades econômicas e que busca compensá-lo.

A nota técnica apresenta também o Programa de Educação Ambiental (PEA), conceituando-o como um conjunto de projetos existentes numa mesma região, que se articulam para alcançar os objetivos do licenciamento. No Brasil temos diferentes programas e projetos de educação ambiental atuando como condicionantes das atividades da cadeia do petróleo. O projeto NEA-BC compõe o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC).

O PEA-BC se desenvolve na Bacia de Campos através de projetos orientados por linhas de ações estabelecidas na Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10 e objetivam a mitigação ou compensação dos impactos da exploração dos recursos naturais através das atividades petrolíferas nos municípios litorâneos do Estado do Rio de Janeiro, dentre os projetos que compõem o PEA-BC destacamos neste estudo o projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC).

O Projeto NEA-BC ao longo das suas quatro fases

O projeto NEA-BC, desenvolvido pela Associação Raízes, compõe o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), sendo condicionante das atividades de empreendimentos ligados à exploração de petróleo e gás da Petrobras.

A sua atuação iniciou na linha A, da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

01/10, e permaneceu nela durante as três primeiras fases do projeto, de 2008 até início de 2020. Tendo a organização comunitária para incidência em políticas públicas como norte para o desenvolvimento de suas ações a partir da escolha de bandeiras de luta pelos comunitários do projeto em cada um dos municípios de sua abrangência. As bandeiras de luta, forma como os grupos chamavam os temas principais de sua atuação, trabalhadas nas fases anteriores foram: recursos hídricos, saneamento básico, saúde, distritalização e mobilidade urbana. Estas destacadas pelos grupos como políticas públicas deficitárias em cada município.

Os Grupos Gestores Locais (GGL), são formados por moradores da cidade de atuação do projeto NEA-BC que se voluntariam para a sua execução. São eles os principais beneficiários das ações do projeto, sendo estes também os principais multiplicadores dos saberes construídos, bem como também os principais atores envolvidos no processo de incidência e exercício do controle social propostos de forma participativa dentro do plano de trabalho do projeto, com vistas a alcançar a comunidade como um todo através de ações que gerem resultados positivos no município. Resultados estes que surgem de propostas, reuniões, representações, solicitações, das construções coletivas e da fiscalização dos recursos públicos realizadas pelo GGL. Entre esses comunitários destaca-se a participação da juventude, sendo ela presente desde o início do projeto e em maioria em alguns municípios, como Arraial do Cabo, Cabo Frio e Saquarema.

Na IV Fase o projeto tem como missão atuar na linha de ação “C” da nota técnica, e seu objetivo geral, consiste em:

> Mitigar os impactos socioambientais sobre o uso e a ocupação do solo consequentes da cadeia produtiva da indústria do petróleo e gás, a partir de uma organização e participação das comunidades na gestão socioespacial nos municípios da Bacia de Campos (ASSOCIAÇÃO RAÍZES, 2018).

Nesta fase mantém-se o grupo prioritário, os jovens e as lideranças comunitárias, tendo duração de 4 anos.

Na I Fase (2008 a 2012) o projeto buscou os seguintes resultados:

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

população, sobretudo jovens, sensibilizada e mais consciente sobre direitos, cidadania e questões de interesse coletivo da comunidade; Instituições e lideranças locais, sobretudo jovens, mobilizadas e atuando de forma articulada e qualificada em espaços de discussão e decisão no município/região. Sendo estes resultados alcançados, visto a participação das lideranças e juventudes na execução das atividades de planejamento e também nas de controle social com foco em ações do poder. Foi nesta fase do projeto que os grupos manifestaram interesse em assumir espaços de controle social.

A II Fase (2012 a 2015) foi marcada pela estruturação dos projetos em cada cidade, passando a ter um profissional responsável pela mobilização e logística do projeto na localidade e um técnico de campo para apoio pedagógico que atuava em dois municípios do projeto, bem como passou a ter sede e equipamentos para uso na consecução das atividades. A partir da realização do Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças em 2014, os grupos receberam novos integrantes e qualificaram suas atuações nos espaços de controle.

Na III Fase do projeto (2015 a 2020), os grupos se instrumentalizaram em conhecimento e conseguiram incidir de forma qualificada nas políticas públicas municipais, ocupando cadeiras de representação nos Conselhos de Saúde, Conselhos de Juventude, Conselhos de Meio Ambiente e no âmbito regional nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Nesta fase o Programa de Formação e Desenvolvimento de Lideranças passa ter quatro grandes encontros divididos em público jovem e público adulto, de forma a trabalhar metodologias focadas nas realidades vividas em cada faixa etária.

Os grupos gestores do projeto também receberam um significativo reforço com a contratação de um GGL de cada núcleo para atuar como bolsista do projeto, este com a função de se dedicar às pesquisas, acompanhar o diário oficial e produzir e disseminar os conhecimentos adquiridos em suas atividades ao GGL e equipe. Este papel foidesempenhado majoritariamente por jovens, o que deu novo ânimo aos Núcleos Operacionais e possibilitou a entrada de novos membros

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

no projeto.

A IV Fase, iniciada em fevereiro de 2020, trouxe para o plano de trabalho do GGL atividades e metas distribuídas num cronograma de quatro anos, pautadas em três objetivos: 1) Fortalecer os Núcleos Operacionais (NO) com condições para torná-los acessíveis e integrados à comunidade; 2) construir e disseminar conhecimento sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural a fim de fortalecer ações de participação comunitária na gestão socioespacial e 3) participar da gestão ambiental por meio do diálogo, acompanhamento na formulação e fiscalização das políticas públicas que promovam equidade sobre as questões socioespaciais (ASSOCIAÇÃO RAÍZES, 2018).

Para desenvolver esses objetivos foram definidas as atividades a serem realizadas e as quantidades necessárias para o desenvolvimento qualitativo das ações do projeto de forma que este consiga alcançar o objetivo geral.

As atividades que tratam do objetivo um tem a finalidade de estruturar e consolidar o espaço físico dos núcleos, objetivando que este seja de conhecimento da comunidade, bem como de fácil acesso, além de possuir a estrutura necessária para o bom desenvolvimento das atividades do grupo.

As atividades do objetivo dois tratam das formas pelas quais o projeto se propõe a construir conhecimentos e realizar trocas com a comunidade com intuito de instrumentalizá-la para o exercício da cidadania e do controle social principalmente nas pautas ligadas aos impactos socioespaciais gerados pela cadeia do petróleo. A base dessas atividades parte das Reuniões do GGL, que devem ocorrer duas vezes por mês com intuito de construir conhecimentos, capacitar, planejar ações e deliberar sobre assuntos de relevância e de responsabilidade do grupo enquanto membro do projeto ou enquanto ocupante pela Associação Raízes de cadeira de representação em espaços de controle social. Ainda no campo da capacitação do grupo serão realizadas oficinas para o GGL e intercâmbios de aprendizagem.

Como forma de qualificar o grupo para a atuação na Linha de ação “C” da

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

nota técnica foram realizados mapeamentos de legislações que têm interferência nas questões socioespaciais dos municípios, bem como foram realizados grupos de estudo sobre a temática do uso e ocupação do solo, áreas de proteção ambiental e sobre os planos de manejos dessas áreas.

Em relação às atividades do objetivo três, estas estão voltadas para a aplicação das aprendizagens no campo, o exercício do controle social e a prática da cidadania. Neste objetivo o grupo participa da gestão pública. Os grupos vêm realizando o monitoramento do orçamento público, produzindo notícias sobre assuntos de relevância para a sociedade ou como forma de devolutiva das suas ações. Como forma de estabelecer diálogo e acompanhar de perto a gestão pública, o grupo participa de espaços de controle social, ocupando cadeiras de representação com direito a voz e voto.

As atuações dos Grupos Gestores Locais têm contribuído de forma significativa para a ampliação das discussões sobre a importância da participação da sociedade na gestão do território e consequentemente esse fomento à participação popular vem contribuindo para uma mudança de comportamento das pessoas e do poder público, principalmente através do fomento à atuação da juventude no controle social das pautas coletivas que envolvem o dia a dia da população no território.

A juventude do projeto NEA-BC no exercício do controle social nos Comitês de Bacias Hidrográficas

Entre a atuação dos jovens do Projeto NEA-BC destacamos neste trabalho o exercício cidadão do controle social, feito via projeto e através da organização micropolítica do grupo acompanhante de cada espaço de participação. Os jovens e demais comunitários estão presentes nos mais diversos conselhos, municipais ou regionais, com representação desde a segunda fase do projeto. Atualmente, todos os 13 municípios possuem ao menos uma cadeira de representação em

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

conselhos de diversas áreas, como meio ambiente, mobilidade urbana, saúde, cultura, juventude, acompanhamento dos Planos Diretores e outros. Além disso, as representações são exercidas também a nível regional nos conselhos das unidades de conservação - UCs - presentes na região da Bacia de Campos e também nos Comitês de Bacias Hidrográficas. Atualmente as representações nos CBHs são feitas nos Comitês Lagos São João (RH VI), Macaé e Rio das Ostras (RH VIII) e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (RH IX).

Ao longo dos anos de atuação do projeto nos CBHs a juventude sempre se fez presente como ouvintes das reuniões das plenárias ou das diversas câmaras técnicas ou subcomitês, e, também, como representantes destes diversos espaços ou como representantes do Projeto NEA-BC no CBH de forma geral, através das reuniões de plenárias. Hoje, durante a gestão 2021-2023 do CBH Lagos São João, a representante titular do projeto é uma jovem de 28 anos.

Esses jovens também se fizeram presentes nos Encontros Estaduais de Comitês de Bacias - ECOBs - e nos Encontros Nacionais de Comitês de Bacias - ENCOBs. Esses são eventos que congregam membros dos poderes públicos e sociedade civil atuantes nos mais diversos comitês do Brasil e que usam este espaço para reivindicar melhorias na gestão das águas, trocar saberes tradicionais e acadêmicos e também lutar pelo direito dos povos a água limpa e para todos, assim como, pautar as relações juventude e águas e gênero e águas. Temática que surge nestes eventos através da articulação dos jovens presentes nas Bacias Hidrográficas, entre eles, do Projeto NEA- BC.

Todas as ações feitas pelos membros do projeto junto aos espaços dos CBHs são definidas após discussão em uma instância deliberativa dentro do próprio Projeto NEA- BC: a Comissão Regional de Recursos Hídricos e Saneamento Básico. Essa comissão reúne participantes de todos os municípios onde há o projeto NEA-BC e que compõem determinado CBH. Nas reuniões deste espaço são discutidas as pautas e outras deliberações julgadas importantes pelos participantes para que os representantes do projeto possam atuar no CBH. Ao

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

realizar sua atuação no espaço de controle social, o representante do projeto é auxiliado com o apoio dos membros da equipe técnica, mas sem que se deixe de lado o protagonismo dos comunitários. A maioria dos participantes da comissão regional são jovens, o que mostra o interesse destes nas discussões relacionadas aos recursos hídricos regionais e sua gestão.

Além das comissões e câmaras técnicas já existentes, os jovens participantes do NEA-BC têm auxiliado a construção das Comissões de Juventude e Recursos Hídricos, como forma de ampliar o debate de juventudes e águas nestes espaços. Através da atuação de dois jovens representantes do NEA-BC dos municípios de Macaé e Rio das Ostras no CBH desta região, foi criado a partir do ano de 2015 a Comissão de Juventude que articulou a realização do 1° Fórum de Juventudes do CBH Macaé e Rio das Ostras e que se repetiu todos os anos desde então, inclusive durante os anos da pandemia do COVID-19 de forma on-line . Os fóruns de juventude foram importantes espaços de diálogo entre os jovens e entre eles e os membros do comitê, dando ênfase aos seus anseios e a sua forma de ver e gerir os recursos hídricos da região. Cada um dos fóruns trouxe uma temática a ser abordada e ao final foram construídas cartas desde encontros sobre os temas tratados para que, por sua vez, o documento fosse usado como norteador nas decisões tomadas nos espaços do CBH.

A partir de 2019 os jovens do CBH Lagos São João começaram o processo de construção do seu espaço dentro do comitê e já estão concluindo a organização para a realização do seu primeiro fórum de juventudes, que será realizado em 2022.A primeira coordenadora da Comissão de Juventude deste CBH foi uma jovem de 19 anos do Projeto NEA-BC.

Micropolíticas juvenis para o exercício do controle social no Projeto NEA-BC

Quando analisamos a forma como os jovens do Projeto NEA-BC exercem o controle social nos CBHs e, tendo em vista a metodologia da educação ambiental

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

crítica e transformadora à luz de Paulo Freire, é percetível como sua organização possibilita a construção de uma atuação forte e que garante a voz da sociedade civil nestes espaços sob a perspetiva juvenil. A forma organizativa dos jovens através das deliberações feitas na Comissão de Recursos Hídricos e Saneamento Básico mostra uma avançada organização micropolítica.

Quando falamos em micropolíticas enquanto categoria analítica para essa investigação constitui uma tentativa de abordar variadas formas de organização de pessoas, em escala diminuta, atuando em pequenas redes, comunidades, associações, grupos culturais populares, pequenos mutirões, dentre outros, tendo como foco não somente as mais distintas formas de poder que incidem sobre os espaços de controle social, mas seus específicos saberes, memórias, formas de transmissão e distribuição de conhecimentos e poderes produzidos a partir e por meio da própria manutenção nestes espaços.

Michel Foucault, nas obras Microfísica do poder (1971), História da Sexualidade (1976) e Vigiar e Punir (1976), bem como nas palestras feitas entre 1978 e 1979, trata o tema da micropolítica, ou micropoder, ao debater sobre as relações de poder, que está dissimulado em todo o mundo, em todas as relações físicas e sociais. Para o autor, a micropolítica é a maneira de desvencilhar a vida das esferas de poder criadas pelo mercado e consecutivamente dos governos, à medida que, seja sozinho ou em pequenos coletivos, os cidadãos tomam suas próprias iniciativas e fazem suas escolhas sobre seus modos de vida (FOUCAULT, 1971). A partir das conferências de 1976, o autor retorna a temática do Estado e da Soberania, seguindo nas conferências de 1978 e 1979. Para o autor, a população não é mais um alvo do controle estatal, mas um “princípio de limitação” sobre a atividade do Estado. Portanto, o exercício da micropolítica sobre o próprio corpo, e por extensão, a vida social, seria a forma do sujeito se desvencilhar das estruturas de poder governamental/estatal.

Deleuze e Guattari afirmam que todas as relações humanas são segmentarizadas: “habitar, circular, trabalhar, brincar, etc” (DELEUZE;

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

GUATTARI, 1995, p. 83). Os autores enfatizam que a sociedade vive em segmentos que podem permitir aos indivíduos recusar os dualismos sociais. Já o Estado possui seus próprios segmentos e segmentariedade. Para os autores a segmentaridade do indivíduo e a do Estado são inseparáveis, pois "tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo, macro política e micropolítica" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 90). As relações de ambas as esferas se influenciam mutuamente. Entretanto, apesar dessas influências de uma esfera para a outra, estudar os agenciamentos complexos a partir do molecular (micro) é suscetível a erros, tanto no campo teórico como prático. Ligando novamente a microfísica foucaultiana, Deleuze e Guattari (1995) reforçam que a micropolítica não é simplesmente a pequenez dos elementos, mas a natureza da massa, o fundo de toda a sociedade.

Lançar mão do conceito de micropolítica e buscar descrever e analisar processos políticos observados ao longo da atuação dos jovens do Projeto NEA-BC nos CBHs entre os anos de 2015 a 2022 pode permitir desvendar o tamanho da importância da participação da juventude em espaços de controle social, na busca de uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve relato tentou trazer a experiência dos jovens atuantes no Projeto de Compensação Ambiental NEA-BC na sua atuação nos CBHs, mostrando como esta juventude tem capacidade organizativa para planejar e executar ações que garantem sua voz nestes espaços e, desta forma, possibilitam uma gestão de recursos hídricos renovada, com um olhar para o futuro e para as necessidades das comunidades onde vivem.

A organização micropolítica de deliberação dos jovens através da Comissão Regional de Recursos Hídricos, utilizando como base a metodologia da problematização onde todos os temas são amplamente discutidos e a opinião de

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

todos ouvida, mostra como tal dinâmica é profícua, o que pode ser observado através das incidências políticas conquistadas ao longo das quatro fases do projeto.

Com a garantia de espaços próprios de discussão e deliberação, como as Comissões de Juventude e Águas e os Fóruns de Juventude, o debate sobre o tema tem perpetuado nos espaços dos CBHs e sido usados como parâmetros nas plenárias e câmaras técnicas para importantes decisões.

É preciso que espaços assim sejam garantidos em outros CBHs pelo Brasil, tendo em vista que ainda são poucos os comitês que possuem abertura para as falas da juventude. Estes jovens atores precisam, além da garantia de voz, construírem formas de organização micropolítica, sobretudo pela sociedade civil, para o fortalecimento de sua atuação na gestão de recursos hídricos e, também, do exercício do controle social das mais diversas políticas públicas, em especial as de juventude.

Referências

ASSOCIAÇÃO RAÍZES. Plano de Trabalho para a IV Fase do Projeto Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos - NEA-BC - IV FASE. Campos dos Goytacazes: Petrobras, Associação Raízes, 2018.

ASSOCIAÇÃO NEA-BC. Projeto de Educação Ambiental da Unidade de Negócio do Rio De Janeiro / UN-Rio. Projeto Participativo de Educação Ambiental do Município de Arraial do Cabo. Rio de Janeiro, março de 2009.

ASSOCIAÇÃO NEA-BC. Projeto de Educação Ambiental da Unidade de Operação do Rio de Janeiro / UO-Rio. Terceiro Ciclo: Organização Comunitária. Fevereiro de 2015.

ASSOCIAÇÃO NEA-BC. Projeto de Educação Ambiental da Unidade de Negócios

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

do Rio de Janeiro / UO-RIO. Relatório Final. 2016.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 de março de 2020.

BRASIL. DECRETO LEI Nº 200 DE 25 DE JANEIRO DE 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>Acesso em: 07 de abril de 2020.

BRASIL. DECRETO Nº 6.792, DE 10 DE MARÇO DE 2009. Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6792.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

BRASIL. LEI 73.030, DE 30 DE OUTUBRO DE 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto- 73030-30-outubro-1973-421650-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

BRASIL. LEI Nº 7.735, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

BRASIL. DECRETO No 99.274, DE 6 DE JUNHO DE 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental

e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Antigos/D99274.htm. Acesso em:20 de agosto de 2022.

BRASIL. LEI Nº 8.490, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Disponível em:
< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1992/lei-8490-19-novembro-1992-376965- publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

BRASIL. LEI N° 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

BRASIL. NOTA TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10. Diretrizes para a

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Disponível em: <http://pea- bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/90_notatecnica%2001-10_programasdeeducacaoambiental.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

BRASIL. PORTARIA MINTER Nº 445, DE 16 DE AGOSTO DE 1989. Aprova o anexo Regimento Interno do IBAMA. Disponível em: < https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/1989/p_minter_44 5_1989_regimento_interno_ibama_revog_p_230_2002.pdf>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 237 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997. Disponível em: < http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 06 de abril de 2020.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Cartilha de licenciamento ambiental / Tribunal de Contas da União. -- Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2004. 57p.

DELEUZE, G., & GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1971.

RJNM
ISSN 2675-4312

Received: 13/03/2026 - **Accepted:** 28/04/2026
Vol: 07.03
DOI: 10.66104/mkzey961
Pages: 1-19

PRÓ-LIDERANÇAS NEA-BC: uma experiência inovadora na perspectiva da Educação para Gestão Ambiental. Antônio Nascimento; Jean Marcelo Costa; SuyáQuintslr (organizadores). Salvador: Participar, 2013. 7 v.: il. - (Coleção Organização Comunitária e Incidências em Políticas Públicas).

Sites

Álbum de memórias do Grupo Gestor Local de Arraial do Cabo <https://sites.google.com/neabc.org.br/memorias-ggl-arraial/in%C3%ADci> acessado em 23/08/2022, às 22h30.

Site da Associação Raízes, executora do Projeto NEA-BC <https://associacaoraizes.org.br/> acessado em 18/08/2022, às 12h34.